



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de junho de 2022, pelas 10:03 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.º 16 a 19;**
2. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 2/XV/1.ª](#) — Mais Valias Imobiliárias em sede de IRS - Suspensão do Prazo para Reinvestimento nos anos de 2020 e 2021;**
3. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 5/XV/1.ª](#) — Pelo fim da evasão fiscal;**
4. **Proposta de calendário das audições previstas no artigo 104º, 5 do RAR, relativo à 1ª sessão legislativa;**
5. **Votação do Parecer da iniciativa europeia COM(2022)204 – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/83/UE no que respeita aos contratos de serviços financeiros celebrados à distância e que revoga a Diretiva 2002/65/CE;**
6. **Outros assuntos.**

-
1. **Aprovação das atas n.º 16 a 19;**

Não se verificando qualquer pedido de palavra por parte de qualquer senhor deputado, o Senhor Presidente colocou as atas conjuntamente à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, BE e PAN.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 2/XV/1.ª](#) — Mais Valias Imobiliárias em sede de IRS - Suspensão do Prazo para Reinvestimento nos anos de 2020 e 2021;

O senhor Presidente referiu que a nota de admissibilidade preparada pelos serviços, propõe a admissibilidade da petição por não se verificar nenhuma das causas de indeferimento liminar. Haverá pois que decidir se este é o entendimento da Comissão, e em caso de admissão, aferir se algum Senhor Deputado tem interesse em ser relator desta petição, uma vez que sendo esta subscrita por menos de 100 cidadãos, não é obrigatória a nomeação de relator. Nesse caso, de acordo com a lei do exercício do direito de petição, o processo de apreciação ficará concluído com a aprovação da nota de admissibilidade.

Não havendo pedidos de palavra, o senhor Presidente colocou à votação a admissibilidade da petição, a qual foi aprovada por unanimidade, na ausência do PCP, BE e PAN. Não havendo voluntários para assumir o papel de relator, deu-se por concluído o processo relativo a esta petição.

3. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 5/XV/1.ª](#) — Pelo fim da evasão fiscal;

O senhor Presidente referiu que a petição do presente ponto está nas mesmas circunstâncias que a petição do ponto precedente, havendo assim de determinar se será de admitir, como sugerido na nota de admissibilidade e do mesmo modo, sendo admitida, haverá que determinar se há voluntários para relator da petição.

Não havendo pedidos de palavra, o senhor Presidente colocou à votação a admissibilidade da petição, a qual foi aprovada por unanimidade, na ausência do PCP, BE e PAN. Também nesta petição, não havendo voluntários para assumir o papel de relator, deu-se por concluído o processo relativo a esta petição.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

4. Proposta de calendário das audições previstas no artigo 104º, 5 do RAR, relativo à 1ª sessão legislativa;

O Senhor Presidente solicitou eventuais comentários aos senhores deputados sobre a proposta de calendário das audições regimentais ao Ministro das Finanças, na primeira sessão legislativa.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) solicitou a palavra para referir que esta proposta não é equilibrada pois entre a primeira audição, ocorrida a 13 de maio, no âmbito do Orçamento do Estado para 2022 e a segunda audição, que também ocorrerá no âmbito do Orçamento do Estado, desta feita, para 2023, decorrerão cerca de seis meses o que é um período muito longo. Por outro lado, se considerarmos que neste calendário, a primeira audição do Ministro das Finanças, fora do processo especial do Orçamento do Estado ocorrerá em fevereiro de 2023, i.e., 11 meses após o início de funções. Assim, a sugestão do PSD seria a realização de uma audição regimental ainda em julho, antes da pausa de férias de Verão, ou em setembro, havendo aliás várias comissões que irão receber os ministros em audição nesses meses.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse subscrever a posição do PSD, não sendo aceitável que o Ministro fique quase um ano sem vir à Comissão, fora da apreciação do orçamento, pois esta não é a comissão de orçamento, tendo outras responsabilidades. Assim, caso não seja possível ouvir ainda em julho, sugere que o Ministro possa ser ouvido em setembro.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse estar de acordo com os cometários efetuados. Notou que, seguindo o atual mapa, a Comissão ouviria o Ministro de 2 em 2 meses, em 2023, o que também lhe pareceria excessivo. Assim, sugeria, no seguimento das intervenções, que a audição ocorresse em julho ou até mais adequado em setembro, sendo eliminada a audição de abril, ficando mais espaçadas as audições a realizar em 2023.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Assim, o Senhor Presidente referiu que iria comunicar ao PAR o entendimento da COF de que seria conveniente que tivesse lugar uma audição do Ministro das Finanças ainda em julho (antes das férias de Verão) ou no início de setembro, que substituiria a audição de abril de 2023, para que a Conferência de Líderes pudesse tomá-lo em consideração.

5. Votação do Parecer da iniciativa europeia COM(2022)204 – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/83/UE no que respeita aos contratos de serviços financeiros celebrados à distância e que revoga a Diretiva 2002/65/CE;

A Senhora Deputada vera Braz (PS) apresentou o parecer de que foi autora. Colocado à discussão, não foi solicitada a palavra por qualquer senhor deputado, pelo que o parecer foi colocado à votação, tendo sido aprovado com a abstenção do PCP e o voto favorável dos demais, na ausência do BE e do PAN.

6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente disse ter algumas quatro notas rápidas. Em primeiro lugar, referiu que na próxima quarta-feira, 29, às 9h30, teria lugar a audição da senhora Secretária de Estado do Orçamento, sugerindo que fosse utilizada a grelha padrão.

Nesta senda, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) não se opôs à utilização da mesma grelha para a mencionada audição, ressaltando, contudo, que tal posição só seria válida para a CGE 2020, carecendo de debate a grelha a ser adotada para a CGE 2021, convergindo o Senhor Presidente nesse sentido.

Em segundo lugar informou que, na CAE, foi aprovado o requerimento do IL para audição do Ministro das Finanças para apresentação das conclusões da reunião ECOFIN de 17 de junho, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, e que esta deverá ocorrer na primeira semana de julho, referindo que será enviado o convite, quando recebido. Na terceira nota, informou que haveria uma reunião com a delegação da Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional de Timor-Leste, que ocorreria no próximo dia 28, às 16h00. Como quarta nota, deu conhecimento aos Senhores deputados de um pré-convite, para que um Deputado da



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

COF possa participar no Grupo de trabalho de Alto Nível de Comissões Parlamentares Orçamentais, que ocorrerá entre os dias 24 e 26 de agosto próximo, em Moçambique.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) solicitou a palavra para referir que seria conveniente retomar o tema da auditoria ao Novo Banco, que ficou adiado pelo processo orçamental, havendo conveniência em publicar o relatório. O Senhor Presidente referiu que iria visitar o tema.

A reunião foi encerrada às 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 junho 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Joaquim Miranda Sarmento (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carla Castro (IL)
Bruno Dias (PCP)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Mariana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Inês De Sousa Real (PAN)